



Consulta pública relativa aos auxílios à inovação

COM (2005) 436 final

**Posição da Região Autónoma dos Açores**

1. Como para todas as regiões europeias a problemática de como conseguir níveis adequados de inovação é para a economia açoriana uma questão estratégica determinante. O facto dos Açores serem uma região ultraperiférica só vem a sublinhar ainda mais essa urgência. Os Açores a conseguirem manter o seu percurso de convergência com o País e a União Europeia, necessitam quer de serem mais produtivos naquilo que fazem, quer de conseguir alternativas produtivas que possam ser desenvolvidas no futuro, de modo sustentado. A inovação – a possibilidade e a capacidade de inovar – é instrumental na concretização desses objectivos em qualquer dos casos.

Importaria lembrar que esse carácter instrumental da inovação para o desenvolvimento da economia açoriana deve ser entendido no seu sentido mais amplo, abarcando igualmente a capacidade de, em tempo, adaptar a inovação produzida no exterior; de, em tempo, proceder à transferência para a região de (novas) competências e de (novas) tecnologias.

No entanto, o enquadramento da actividade sócio-económica existente nos Açores, não é muito favorável ao surgimento de iniciativas de inovação – nomeadamente, a tecnológica, tal como é definida nesta comunicação (nota pé de página 4, ponto 25) – que perdurem. E isto apesar de existir investigação de excelência nos Açores (e nas outras regiões ultraperiféricas).

Verificam-se na economia dos Açores, simultânea e cumulativamente, falta de massa crítica em muitos domínios, de dimensão nos mercados e logo de ausência de economias de escala e de aglomeração. Por isso a economia dos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Direcção Regional dos Assuntos Europeus

Açores confronta-se com uma fraca eficiência económica e elevados sobrecustos, estrutura produtiva pouco diversificada, reduzida rendibilidade do investimento público e privado, tecido empresarial atomizado assente na pequena empresa e uma taxa a importar muito elevada. Esta situação é alicerçada no conjunto interactuante de características que definem os Açores como uma região ultraperiférica: grande distância ao continente europeu, pequena dimensão (territorial e demográfica) e isolamento geo-económico (ausência de mercados de vizinhança importantes). Acresce ainda, no caso dos Açores, a fragmentação do seu território e a forte dispersão das suas nove ilhas.

Esta situação é conhecida, é relevada no Tratado da Comunidade Europeia (n.º 2 do artigo 299.º) e os seus efeitos encontram-se documentados em diversos estudos – ver, por exemplo, referência na Decisão da Comissão Europeia C (2002) 4487 final, de 11 de Dezembro, a um estudo apresentado pelo Governo Regional dos Açores onde se demonstrava o efeito negativo da situação ultraperiférica dos Açores nos resultados das empresas regionais ou, mais próximo do domínio da inovação, aquilo que se relata nos estudos realizados para a Comissão Europeia (Direcção-Geral da Investigação) em 2002 pelo Consórcio liderado por Louis Lengrand & Associés: *O impacto das TIC nas regiões ultraperiféricas da Europa e Melhor conhecer o lugar da investigação e desenvolvimento tecnológico nas regiões ultraperiféricas da Europa ...* .

Neste último estudo, a dada altura, em relação aos handicaps que condicionam a investigação e a inovação nas regiões ultraperiféricas, é afirmado: *“La faible taille des marchés et la structure des économies locales font obstacle au déploiement d’un modèle complet “recherche-développement-innovation-transfert de technologie”. Ces même raisons expliquent également la quasi-absence de la recherche privée menée en entreprise et le (très) faible nombre de start-ups ...* ».



2. No caso das regiões ultraperiféricas, em geral, e dos Açores, em particular, as deficiências de mercado apontadas no anexo a esta Comunicação, não só se verificam como se verificam com uma intensidade superior e com contornos muito próprios.

O que é afirmado no ponto 28 da Comunicação, *in fine*, deveria ser qualificado, no mínimo, pela situação das regiões ultraperiféricas (na linha da possibilidade prevista no ponto 31). Aliás, no caso das regiões ultraperiféricas, níveis superiores de produto irão coexistir, necessária e indefinidamente, com um nível elevado de deficiências de mercado. A atenuação das deficiências de mercado, a ser possível nestas regiões, verificar-se-á sempre de modo muito mais lento.

Todo o quadro descrito fundamenta o papel indispensável e insubstituível do Estado no suscitar e no sustentar do processo de inovação nestas regiões. Considera-se, atendendo à importância que o sector de serviços tem e terá cada vez mais nas economias ultraperiféricas e ao facto deste quadro também a condicionar de modo negativo, que os *auxílios de estado à inovação* deveriam cobrir igualmente a *inovação não-tecnológica*.

No entanto, a intervenção do Estado, neste domínio, nessas regiões, diferencia-se da que possa verificar-se no resto da Europa, no seguinte:

- O efeito incentivo dos *auxílios de estado à inovação*, aqui é mais fraco, para o mesmo nível de intensidade do auxílio, quando comparado com o verificado noutras regiões europeias – as razões para tal são óbvias;
- As distorções de mercado e o efeito sobre o comércio, destes auxílios, são negligenciáveis a nível comunitário e reduzidos a nível regional – tal resulta das características e do posicionamento geográfico dos mercados dos Açores e das outras regiões ultraperiféricas e do peso da pequena empresa nas suas economias.



Resulta daqui que, no caso das regiões ultraperiféricas, a se produzirem os efeitos contados da intervenção do Estado na promoção da inovação, deveriam ser previstos quer níveis de intensidade superiores para esta categoria de auxílios quer uma flexibilidade maior na sua operacionalização. A ênfase colocada na preservação da concorrência, nomeadamente, como meio de evitar efeitos perversos sobre a própria inovação, é mais fácil aqui de ser salvaguardada. Note-se que a situação ultraperiférica tem justificado um tratamento diferenciado em outras situações como sucede com os *auxílios de estado com finalidade regional*.

3. Numa leitura mais detalhada, na parte da Comunicação relativa ao *apoio à tomada de riscos e experimentação* (pontos 32 e seguintes), e no que respeita ao *apoio à criação e ao desenvolvimento de empresas inovadoras em fase de arranque*, teríamos a chamar a atenção para o facto da aplicação do *critério da inovação* (ponto 38, segundo item) à realidade empresarial dos Açores e muito possivelmente, de todas as regiões ultraperiféricas, inviabilizará na prática, e na quase totalidade, a intervenção possível do Estado em prol da criação e desenvolvimento de empresas inovadoras. No caso das regiões ultraperiféricas ter-se-ia de pensar noutro critério e/ou na flexibilização deste. Veja-se a constatação feita no estudo acima mencionado da situação existente nas regiões ultraperiféricas quanto ao enquadramento do processo de investigação e inovação – citação feita acima é ilustrativa.
4. As considerações aqui feitas qualificam de modo transversal e genericamente todos os itens abordados na comunicação sob as epígrafes do *apoio à tomada de riscos e à experimentação (start-ups, capital de risco, experimentação e lançamento de produtos inovadores)* e de *um contexto empresarial favorável à inovação* (intermediários de inovação, formação e mobilidade e formação de agregados).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Direcção Regional dos Assuntos Europeus

Os princípios invocados nesta comunicação, as preocupações, as prevenções e os objectivos enunciados são entendíveis e percebe-se a sua lógica no contexto do funcionamento adequado do mercado comunitário. A sua operacionalização no caso das regiões ultraperiféricas, no entanto, tem de encontrar soluções moduladas/diferentes/flexíveis que possibilitem o cumprimento das disposições comunitárias e o alcançar dos objectivos pretendidos: o de transformar os *auxílios de estado à inovação* num instrumento eficaz, não distorçor e proporcional do crescimento económico e da competitividade de todas as regiões europeias.

Ponta Delgada, 17 de Novembro de 2005